

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.293 - PR (2019/0225146-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : F N M**  
**ADVOGADOS : LUIZ GUILHERME RIBAS VIEIRA - PR063810**  
**LUIZ HENRIQUE PEREIRA HARTINGER - PR057643**  
**LEONARDO TOSSULINO - PR083472**  
**AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : ANDRÉA ALVES PERINE E OUTRO(S) - PR043841**

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 355):

PROCESSUAL CIVIL. TUTELA INIBITÓRIA. DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE DADOS SIGILOSOS A TERCEIROS. CEF. LITISPENDÊNCIA. RECONHECIMENTO.

Tratando-se de pedido já formulado e outra ação, qual seja, indenização por danos morais em decorrência de alegada quebra de sigilo e fornecimento de dados sigilosos a terceiros por parte da CEF, resta evidenciada a litispendência, que impõe a extinção do feito sem julgamento do mérito, na forma do inciso V do art. 485 do Novo Código de Processo Civil. Não obstante as contas sejam diversas, a causa de pedir em todas as ações até então propostas é única: a ilicitude da conduta de quebra de sigilo em processos da mesma natureza, patrocinados pelo autor em razão do mesmo fato (indenização de pescadores). A quantidade de contas expostas, bem como a forma como isso ocorreu e os valores depositados em cada uma, deverão ser objeto da instrução probatória, uma vez que ilustram a causa de pedir, interferindo na intensidade do dano eventualmente sofrido.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, tão somente, para fins de prequestionamento.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 10, 317, 337, § 3º, e 976 do Código de Processo Civil de 2015.

Defende, preliminarmente, a possibilidade de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, nos termos do art. 976 e seguintes do CPC/2015, que

# *Superior Tribunal de Justiça*

seria o meio mais adequado ao julgamento do caso em exame.

No mérito, sustenta ser indevida a extinção do processo por litispendência, pois as causas de pedir e os pedidos que constam da inicial não guardam identidade com aqueles formulados em outras ações por ele intentadas, considerando, sobretudo, que são distintos os fatos materiais que deram causa ao direito tutelado em cada ação proposta. Alega que, como consequência do princípio da primazia da resolução do mérito, o pedido formulado na petição inicial deveria ser examinado, a fim de possibilitar-lhe a obtenção de indenização distinta e específica para cada uma das violação de seus direitos.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, quanto à alegada necessidade de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas e ao pedido de aplicação do princípio da primazia da resolução do mérito, incide o enunciado da Súmula 211 do STJ, visto que tais matérias não foram debatidas no acórdão recorrido, faltando-lhes, portanto, o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Além disso, nos termos do art. 977 do Código de Processo Civil, o pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser formulado por petição dirigida ao presidente do Tribunal, sendo inviável a análise do pleito pelo relator do recurso em julgamento.

No mais, o exame dos autos revela que o autor propôs ação de indenização por danos morais, face a suposta violação de sigilo bancário por parte da instituição financeira ré. Afirma que os dados bancários foram divulgados por terceiros com a intenção de difamar e prejudicar a relação do autor com seus clientes. Argumenta que chegou a ser preso indevidamente por conta dos desdobramentos da quebra do sigilo divulgado em diversos meios de comunicação. Requereu indenização por danos morais em face da quebra de sigilo de uma conta, requerendo o valor de dez mil reais (R\$ 10.000,00) para cada um dos fatos discriminados na inicial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A sentença extinguiu o processo, sem resolução do mérito, em face da litispendência, mediante os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 269-270):

Decido.

Mediante consulta processual, verifiquei que nos autos nº 5002798-60.2016.4.04.7008 o autor igualmente pleiteia a condenação da CEF ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência de alegada quebra de sigilo e fornecimento de dados sigilosos a terceiros. Em decisão proferida naqueles autos, em 13/02/17, restou reconhecida a existência de uma demanda única, o que inviabiliza a tramitação das demais demandas já ajuizadas. Concluiu-se, também, que cada uma das contas que tiveram seus dados fornecidos a terceiros constituem apenas provas que o requerente alega possuir, não se justificando que acarretem o ajuizamento de diversas ações.

Nesse cenário, verifico que o pedido formulado nestes autos está contido nos pedidos formulados na ação nº 5002798-60.2016.4.04.7008.

Oportuno destacar que o reconhecimento da existência de uma demanda única não implica na negativa ao autor de uma solução integral do mérito, a qual ser-lhe-á entregue nos autos nº 500279860.2016.4.04.7008.

Ademais, por integrar o polo ativo daqueles autos, teve o autor plena ciência das decisões lá proferidas.

De igual modo, não se pode acolher a alegada relação de interdependência entre os fatos, vez que o demandante reitera pretensão preclusa, já rejeitada por este Juízo fundamentadamente na decisão do evento nº 25 dos autos nº 5002798-60.2016.4.04.7008, à qual, consoante acima exposto, o autor teve pleno acesso por figurar no polo ativo daqueles autos.

O § 3º do artigo 337 do CPC/15 dispõe que ocorre a litispendência quando se reproduz ação idêntica à outra que já está em curso. As ações são idênticas quando têm os mesmos elementos, ou seja, quando têm as mesmas partes, a mesma causa de pedir (próxima e remota) e o mesmo pedido (mediato e imediato).

Por consequência, como a presente demanda reproduz os fundamentos e o pedido formulado em demandas anteriores (autos nº 5015482-07.2017.4.04.7000 e 5015486-44.2017.4.04.7000), nas quais já houve o reconhecimento de litispendência, esta deve ser igualmente extinta.

Dispositivo:

Ante o exposto, declaro extinto o processo sem resolução do mérito,

# *Superior Tribunal de Justiça*

ante a constatação de litispendência, nos termos do artigo 485, V do Código de Processo Civil.

Ao julgar a apelação, o Tribunal de origem, por sua vez, assim se manifestou sobre o tema controvertido (e-STJ, fls. 366-367):

No que refere à litispendência, nada a reparar no decisum impugnado, uma vez que todas as ações possuem mesmas partes, pedido e causa de pedir, não obstante cada ação mencionar a exposição indevida de contas correntes diversas.

Com efeito, a causa de pedir de todas as ações é a quebra de sigilo indevida perpetrada pela Caixa Econômica Federal, enquanto cada extrato e cliente distintos configuram apenas fatos desta mesma causa de pedir. Como bem ressaltado pelo juízo a quo, nas decisões acima transcritas, a causa de pedir em todas as ações até então propostas é única: a ilicitude da conduta de quebra de sigilo em processos da mesma natureza, patrocinados pelo autor em razão do mesmo fato (indenização de pescadores).

A quantidade de contas expostas, bem como a forma como isso ocorreu e os valores depositados em cada uma, deverão ser objeto da instrução probatória, uma vez que ilustram a causa de pedir, interferindo na intensidade do dano eventualmente sofrido. Não há se falar, entretanto, em causas de pedir diferentes.

Ainda que o autor não tenha conhecimento de todas as contas que foram indevidamente expostas, o Código de Processo Civil autoriza a juntada de documentos novos, inclusive em grau de recurso (art. 435 do CPC/2015), sendo considerados novos aqueles que, ainda que referentes a fatos anteriores à propositura da ação, a parte desconhecia.

Além disso, a unificação dos pleitos em uma única ação vai ao encontro do princípio da economia processual e da segurança jurídica, pois evitará a pulverização de demandas sobre o mesmo fato, com possibilidade de soluções jurídicas contraditórias.

Por fim, cumpre observar que na ação n.º 5002798-60.2016.404.7008, o autor emendou a inicial para que a indenização pleiteada abarque os danos decorrentes da quebra de sigilo de diversas contas judiciais, inclusive a que fundamentou a presente ação.

Assim, ainda que se considerasse cada conta judicial uma causa de pedir distinta, o fato é que a causa de pedir do feito em questão foi incluída na outra ação, configurando, de modo inquestionável, a

# *Superior Tribunal de Justiça*

litispendência entre as demandas.

Nesse contexto, deve ser mantida a sentença de extinção da ação por litispendência, uma vez que os fatos que configuram a causa de pedir desta demanda serão apreciados em outra ação.

Com efeito, requer o autor, ora recorrente, que esta Corte Superior analise as violações narradas na exordial e examinadas pelas instâncias ordinárias, a fim de chegar-se à conclusão de que tais ofensas constituem arcabouço fático distinto a ponto de justificar a propositura de várias demandas, de modo a infirmar o entendimento exarado na sentença e acórdão recorrido de que as violações, na verdade, constituem provas do mesmo fato ilícito (violação de sigilo bancário) narrado em diversos processos.

Essa pretensão, todavia, implicaria necessariamente o reexame de aspectos fáticos da lide, o que é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7/STJ. Na mesma direção, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 do CPC/15) - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO DEMANDADO.

1. A modificação do entendimento firmado pelo Tribunal de origem acerca da ocorrência ou não da litispendência, bem assim quanto à purgação da mora e o pagamento do débito, exigiria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 980.282/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 28/8/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TESE DE LITISPENDÊNCIA, ACOLHIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na forma da jurisprudência, rever a conclusão firmada pelo Tribunal de origem acerca da existência, ou não, de litispendência, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 609.226/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO,

# *Superior Tribunal de Justiça*

PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2015; AgRg no AREsp 423.445/MA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/03/2015; AgRg no AREsp 631.139/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/03/2015).

II. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.329.997/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 1º/7/2015.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 147.611/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 10/12/2014.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Diante da ausência de anterior fixação de honorários advocatícios, inviável a majoração prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora